



RESENHA DE ROLLA, GIOVANNI, “A MENTE ENATIVA”

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.213.17>

Fredson Melquiades de Andrade Junior

Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Financiamento: FACEPE

fredxxandrade@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-3246-0564>

Marcos Silva

Professor na Universidade Federal de Pernambuco

marcossilvarj@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1552-2525>

RESUMO:

O livro *A Mente Enativa*, de Giovanni Rolla, configura-se como uma obra introdutória valiosa para leitores e leitoras interessadas em se aproximar do enativismo. Com uma linguagem clara e uma estrutura bem organizada, o autor oferece um panorama acessível para iniciantes nos estudos sobre cognição corporificada. Dividido em cinco capítulos, o livro desenvolve uma crítica consistente ao cognitivismo tradicional e apresenta uma defesa bem articulada do enativismo, especialmente na forma de um “enativismo unificado”. Além disso, Rolla propõe uma epistemologia coerente com essa abordagem, aprofundando o vínculo entre cognição, corporeidade e mundo vivido. No que se segue faremos uma apresentação de cada capítulo do livro e finalizamos a resenha com algumas críticas à tradição enativa que pode ampliar os debates apresentados por Rolla.

PALAVRAS-CHAVE:

Enativismo. Cognição corporificado. Enativismo Unificado.

REVIEW: “THE ENACTIVE MIND”, BY GIOVANNI ROLLA

ABSTRACT:

Giovanni Rolla's *A Mente Enativa* stands out as a valuable introductory work for readers interested in approaching enactivism. With clear language and a well-organized structure, the author provides an accessible overview for beginners in the study of embodied cognition. Structured in five chapters, the volume develops a consistent critique of traditional cognitivism and presents a well-articulated defense of enactivism, especially in the form of a "unified enactivism." Furthermore, Rolla proposes an epistemology coherent with this approach, deepening the connection between cognition, embodiment, and the lived world. In what follows, we will present each chapter of the volume and conclude the review with some criticisms of the enactive tradition that may broaden the debates presented by Rolla.

KEYWORDS:

Enactivism. Embodied cognition. Unified enactivism.

O livro *A Mente Enativa* de Giovanni Rolla reúne e reorganiza, de maneira coesa, uma série de artigos recentes do autor, agora apresentados em formato unificado, o que favorece a clareza e a continuidade do argumento. No entanto, apesar de sua proposta panorâmica, o livro pode não ser plenamente acessível a leitores iniciantes que ainda não dominem tópicos e tradições fundamentais da história da filosofia. Um aspecto que merece atenção crítica é o uso recorrente de abreviações ao longo do texto. Embora comuns em certos contextos acadêmicos, o excesso desses recursos pode comprometer a fluidez da leitura e dificultar a compreensão, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com todas as siglas ou termos reduzidos empregados.

Por outro lado, destaca-se positivamente o estilo de escrita adotado por Giovanni Rolla. Ao recorrer a um tom pessoal e próximo do cotidiano, o autor se distancia do estilo impessoal que tradicionalmente marca muitos textos filosóficos. Já no início do primeiro capítulo, por exemplo, ele compartilha sua rotina matinal — acordar, lavar o rosto, brincar com a gata, preparar o café e começar a escrever. Essa breve narrativa funciona como um experimento mental ancorado na experiência cotidiana, convidando o leitor a refletir a partir de sua própria vivência. Tal abordagem contribui para tornar mais concreta a proposta enativista e fortalece o vínculo entre teoria e vida prática.

Essa escolha estilística revela-se metodologicamente coerente com o próprio conteúdo do livro. O enativismo, enquanto teoria da cognição, enfatiza a corporeidade, a ação e a situação concreta do agente cognitivo no mundo. Nesse sentido, partindo da vivência comum e situada do leitor, Rolla não apenas ilustra os conceitos centrais do enativismo, mas também encarna, em sua escrita, a própria forma de pensar que essa abordagem propõe.

No primeiro capítulo, Giovanni Rolla propõe uma reconceitualização da cognição a partir de uma crítica ao chamado “cognitivismo de velha guarda”. Esse paradigma é estruturado principalmente em torno de duas teses: o representacionalismo, que concebe a cognição como manipulação de representações mentais, e o computacionalismo, que entende a mente como um sistema de processamento de informações. Para Rolla, essa abordagem tradicional negligencia dimensões fundamentais da experiência cognitiva, como a corporeidade, a ação situada e a relação dinâmica entre o organismo e o mundo.

Com isso, Rolla apresenta duas críticas centrais ao representacionalismo: uma de natureza epistemológica, derivada da psicologia ecológica de James Gibson (Rolla, 2021, p. 39–41), e outra de natureza ontológica, inspirada no enativismo radical de Daniel Hutto e Erik Myin (Rolla, 2021, p. 41–46). A primeira crítica sustenta que é possível explicar certos aspectos da cognição — como a percepção — sem recorrer a representações mentais, enfatizando a relação direta entre o organismo e o ambiente. Já a segunda vai além, argumentando que as representações mentais sequer existem, uma vez que não há uma base naturalista suficientemente robusta para fundamentar o conteúdo semântico que lhes é atribuído.

Quanto ao computacionalismo, Rolla adota uma postura mais flexível. Ele rejeita o “computacionalismo forte”, que equipara o sistema cognitivo a um computador, mas aceita o “computacionalismo fraco”, no qual modelos computacionais são utilizados como ferramentas descriptivas, sem a implicação de que o cérebro funciona literalmente como um software. Essa abordagem abre espaço para uma visão da cognição como ação situada, sensório-motora e corporificada — aspectos centrais para o desenvolvimento da proposta enativista nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, Rolla explora diferentes vertentes do enativismo com o objetivo de propor uma abordagem unificada, que preserve a coerência filosófica e metodológica. Ele a denomina “enativismo unificado (EU)”. Essa proposta é caracterizada como uma abordagem naturalista, antirrepresentacionalista e antidualista, que concebe a cognição como um processo autônomo de acoplamento sensório-motor entre organismo e ambiente. Em vez de partir de um mundo dado, a cognição é vista como uma realização ativa desse mundo por meio da ação. O conceito de *affordances*, oriundo da psicologia ecológica, é incorporado como uma expressão do lado ambiental dessa interação.

Entre as variedades do enativismo, Rolla diferencia as versões mais conhecidas: O enativismo autopoietico, o enativismo radical e o enativismo fenomênico. O enativismo autopoietico, ligado à tradição de Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch, autores do já clássico *The Embodied Mind*, baseia-se na noção biológica de autopoiese, em que o organismo é definido como um sistema auto-organizado e autoprodutivo, que constroi sentido ao interagir com o ambiente.

No entanto, é importante destacar que os defensores da abordagem considerada “autopoética” não se identificam explicitamente com esse rótulo, como indicado na nota de rodapé #2. Embora Rolla opte por usar o termo “autopoético” de forma prática e simplificada, com o objetivo de distinguir as diferentes vertentes dentro do enativismo, essa escolha pode resultar em uma visão mais limitada ou redutora do que realmente defendem os teóricos dessa abordagem, distorcendo, assim, a proposta original. Por outro lado, o enativismo radical, defendido por Hutto e Myin, é mais crítico e antirrepresentacionalista, rejeitando a existência de qualquer conteúdo mental inato. Já o enativismo fenomênico tem como tese distintiva “que a atividade do agente é constitutiva da sua consciência perceptual — o que representa uma ênfase específica na fenomenologia da percepção, isto é, no modo como os eventos perceptuais se nos apresentam.” (Rolla, 2021, p. 66).

Cada uma dessas vertentes enfatiza aspectos distintos da cognição, mas nenhuma delas, isoladamente, oferece uma base suficientemente robusta para um programa filosófico e científico completo. Nesse sentido, o enativismo unificado busca preservar a dinamicidade, a corporeidade e a antirrepresentacionalidade como princípios orientadores, ao mesmo tempo em que evita tanto o idealismo fenomenológico quanto os riscos eliminativistas de uma abordagem excessivamente radical.

O terceiro capítulo enfrenta um dos maiores desafios para o enativismo: a explicação da chamada cognição superior, como memória, inferência e imaginação, sem recorrer ao conceito clássico de representações mentais. Rolla discute como o enativismo radical e o enativismo denominado “autopoético” abordam esse problema, mostrando que, mesmo ao aceitar certos usos do termo “representação”, isso não implica um retorno ao representacionalismo clássico. A ideia de “conteúdo básico” e a internalização de regras públicas são propostas como alternativas para explicar a cognição simbólica, como defendido por Hutto e Myin na variante radical dessa abordagem.

Já no quarto capítulo, Rolla se dedica à tarefa de fundamentar uma epistemologia compatível com o enativismo unificado, buscando superar tanto as limitações da epistemologia tradicional quanto as lacunas das versões anteriores do próprio enativismo. O objetivo é propor uma concepção enativa e ecológica da epistemologia, na qual a informação é entendida como a minimização da incerteza por meio da exploração ativa das affordances. Essa definição, construída em diálogo com Eros de Carvalho, substitui a ideia de que a cognição opera sobre sinais codificados por uma perspectiva em que ação e percepção são simultâneas e mutuamente constitutivas. Segundo Rolla:

A vantagem desse tipo de proposta integrativa, se bem-sucedida, consiste em mostrar duas coisas. Em primeiro lugar, que EU e PE são de fato concepções convergentes. Em segundo lugar, que a guinada pragmática e o subsequente abandono do

representacionalismo não implicam a rejeição de um vocabulário de consumo e de trânsito informacional (contra o enativismo radical de Hutto e Myin, 2013; 2017). (Rolla, 2021, p. 145)

Assim, Rolla demonstra que as abordagens do Enativismo Unificado e da Psicologia Ecológica convergem ao conceber a cognição como ação situada, sensível às affordances do ambiente, sem recorrer ao conceito de representações mentais. Além disso, ele argumenta que, mesmo com o abandono do representacionalismo, não é necessário rejeitar completamente o vocabulário da informação, como propõem Hutto e Myin no enativismo radical. Para Rolla, é possível manter uma noção de informação, desde que ela seja compreendida de forma pragmática e ecológica: não como algo simbólico transmitido entre um emissor e um receptor, mas como covariação entre organismo e ambiente, que orienta a ação e reduz incertezas. Assim, ele propõe uma concepção de informação compatível com o enativismo, sem cair nas armadilhas do conteúdo mental. (Rolla, 2021, p. 142-146).

Além disso, na seção 4.4, Rolla ainda examina o entendimento científico. Em oposição à concepção representacional de modelos científicos como “espelhos” do mundo, Rolla defende que esses modelos são artefatos epistêmicos não representacionais, cuja função é permitir manipulações situadas que aumentam a inteligibilidade de fenômenos. Essa proposta se alinha ao instrumentalismo pragmatista e à teoria ecológica da percepção, reafirmando que o conhecimento científico não decorre de uma correspondência entre mente e mundo, mas de interações bem-sucedidas com estruturas que revelam affordances epistemicamente relevantes. Para ele:

Se a cognição científica é obtida através da manipulação de modelos, então ela não precisa ser entendida como uma atividade que envolva representações mentais, e sim como a manipulação de símbolos públicos de dimensão sociocultural, mais especificamente, aqueles veiculados dentro da comunidade científica. (Rolla, 2021, p. 177).

Modelos científicos, sob essa interpretação, não espelham a realidade, mas permitem transformá-la e experimentá-la de maneiras controladas. Essa perspectiva reforça a tese de que o entendimento, assim como a percepção e a ação, é um fenômeno enativo e incorporado. Ao naturalizar a epistemologia sem reduzi-la ao fisicalismo, Rolla propõe uma teoria do conhecimento fundamentada no corpo e na prática. Esta visão é aberta à variação histórica e cultural, capaz de integrar a ciência sem se submeter a ela, e comprometida com a ideia de que conhecer é, essencialmente, agir inteligentemente no mundo, e não, necessariamente, representá-lo passivamente na mente.

No quinto e último capítulo, Rolla retoma a oposição clássica entre realismo e idealismo, mostrando que, embora essas posições sejam opostas, ambas compartilham uma suposição comum: a

ideia de que existe um domínio pré-determinado (seja a mente ou o mundo). O enativismo, por sua vez, rejeita essa dualidade e propõe que mente e mundo são mutuamente constituídos, ou seja, codeterminados na história da vida e da ação. “A codeterminação permite ao enativismo unificado avançar uma alternativa tanto ao realismo quanto ao idealismo, nas suas novas roupagens nas ciências cognitivas, pela rejeição de duas teses espelhadas” (Rolla, 2021, p. 183).

Assim, contra essa dicotomia, o enativismo propõe a ideia de codeterminação, segundo a qual mente e mundo não existem como entidades separadas que se conectam, mas surgem juntos em uma relação dinâmica, histórica e situada. “Essa ideia, portanto, permite evitar tanto o realismo quanto o idealismo, refletindo um ponto de profundo alcance filosófico do enativismo” (Rolla, 2021, p. 184). Isso demonstra que o enativismo não é apenas uma teoria da cognição, mas também uma nova forma de pensar a relação entre mente e mundo, rompendo com dicotomias clássicas da filosofia. Contudo, isso não implica que Rolla negue a existência de um mundo físico independente da mente.

A aceitação de uma realidade física exterior é um ponto que Figueiredo e eu (Rolla & Figueiredo, 2021) batizamos de realismo reconcebido, que se distingue do realismo padrão das ciências cognitivas tradicionais como vimos acima. Porém, um nome mais apto talvez seja realidade reconcebida, porque não se trata de uma reformulação do realismo, mas de uma reformulação do que significa dizer que acessamos um mundo ou uma realidade. Há um sentido em que simplesmente não acessamos um mundo: o mundo físico exterior desprovido de qualquer agência orgânica não é parte do nosso ambiente—e, nesse sentido, não faz parte da nossa realidade vivida (Rolla, 2021, p. 207).

Nesse caso, por exemplo, planetas, oceanos, montanhas etc. com certeza existem no mundo. No entanto, esse mundo não é, por si só, o ambiente da cognição. O “realismo reconcebido” ou “realidade reconcebida” reconhece a existência de um mundo físico autônomo, mas afirma que o mundo com sentido, valor e a possibilidade de ação — o ambiente cognitivo — só existe com a presença de organismos cognitivos. Para ilustrar esse ponto, Rolla recorre ao exemplo da missão Apollo 11 (Rolla, 2021, p. 208-209): a Lua sempre existiu, mas não era um ambiente humano até ser incorporada às nossas práticas, seja pela observação astronômica inicial ou, mais tarde, pela exploração espacial. Assim, o mundo se transforma em “mundo vivido” apenas quando é integrado à nossa atividade histórica. A realidade não é uma moldura fixa onde a vida acontece, mas algo que emerge com a vida e através dela. Nesse sentido, o mundo da cognição não é o que está lá fora, mas o que é feito com os corpos que o habitam.

Apesar de o livro apresentar uma ausência de análise mais aprofundada das condições sociopolíticas que moldam os ambientes cognitivos, o valor do trabalho de Rolla reside justamente na abertura que oferece para novas formulações, especialmente voltadas a falantes de português. Ao rejeitar a mente como uma instância interna que representa o mundo, e propor que o mundo seja sempre, também,

uma realização corporal e histórica, a tradição enativa apresentada pelo autor contribui para deslocar os debates sobre cognição para o terreno da vida vivida.

Apesar de concordar com uma concepção de cognição como ação situada, corporificada e relacional, concordamos com Rolla sobre algumas críticas à tradição enativista (Rolla, 2021, p. 76-84) especialmente dentro do EA, no que diz respeito ao risco de confundir cognição com metabolismo ou comportamento. Ao redefinir cognição como qualquer forma de acoplamento entre organismo e ambiente, corre-se o risco de simplesmente renomear processos biológicos ou comportamentais, sem esclarecer o que há de distintamente cognitivo neles. Seria cognição apenas o nome novo para antigos processos de regulação orgânica?

Essa redefinição também se mostra problemática quando é estendida em duas direções. Para baixo, ao incluir organismos extremamente simples, como vírus ou bactérias, como agentes cognitivos. Se cognição é idêntica à vida, então todo ser vivo teria mente? Parece excessivamente contraintuitivo dizer que vírus possuem mente, ainda que se aceite que estejam vivos. Por outro lado, para cima, a proposta enativista tende a excluir sistemas artificiais, como máquinas ou inteligências computacionais, do domínio da cognição apenas por não serem biológicos. Isso levanta uma dúvida legítima: por que não reconhecer capacidades cognitivas em sistemas artificiais que se mostram responsivos, criativos ou sensíveis a contextos, como ocorre em manifestações musicais, artísticas ou mesmo filosóficas produzidas por algoritmos? A exclusão, nesse caso, parece ser determinada mais pela origem do agente do que por sua conduta.

Outro ponto problemático, particularmente na vertente autopoiética do enativismo, é o uso excessivamente amplo do conceito de sense-making. A noção de que todo organismo vivo está envolvido em uma forma de “produção de sentido” tende a esvaziar o próprio conceito. Afinal, o que exatamente não seria sense-making? Se todo comportamento, toda regulação, toda reação a estímulos for descrita como tal, o termo deixa de distinguir formas específicas de atividade cognitiva, tornando-se quase sinônimo de qualquer relação funcional com o ambiente. Isso reduz a sua capacidade explicativa e leva à trivialização do fenômeno que se pretende compreender. Rolla faz algumas críticas a essa corrente ao afirmar que:

O problema é que sentido, interpretação e entendimento são expressões que dizem respeito à chamada cognição superior—isto é, a camada de cognição que está presente apenas em organismos que fazem parte de ambientes socioculturais com uma linguagem compartilhada (Rolla, 2021, p. 73).

Assim, essas expressões não podem ser aplicadas indistintamente a qualquer forma de vida, porque elas pressupõem linguagem e cultura. Se a gente disser que uma bactéria “interpreta” ou “atribui sentido”, estariámos confundindo níveis de cognição muito diferentes.

Sobre o reducionismo do conceito de sense-making, Rolla apresenta, a partir de Paulo de Jesus (2016), duas interpretações da tese da continuidade forte entre vida e mente (TCFVM): a epistemológica e a ontológica. Na primeira, a vida e mente são distintas, mas podem ser compreendidas com as mesmas ferramentas conceituais, como autopoiese e produção de sentido. Enquanto na segunda, a vida e cognição são o mesmo processo, sendo a posição do enativismo autopoietico, que leva à ideia de uma “continuidade fortíssima” (TCFVM+), dissolvendo a diferença entre processos biológicos e cognitivos.

Embora apoiada por Hans Jonas, Varela e Thompson, essa leitura ontológica é criticada por Rolla por ser redutivista, pois tornaria qualquer forma de vida — até uma bactéria — cognitiva, trivializando a noção de cognição. Isso fragiliza o projeto enativista ao atribuir capacidades cognitivas a sistemas biológicos elementares que, embora autopoieticos, não realizam atividades mentais em sentido rigoroso.

Por isso, ele considera mais adequada a leitura epistemológica, que preserva as distinções sem negar a continuidade. Moreno e colaboradores (1997) reforçam essa posição ao diferenciar metabolismo (nível biológico básico) e meta-metabolismo (nível orientado a interações cognitivas), mostrando continuidade sem confusão entre vida e mente.

Além disso, o enativismo, ao buscar uma explicação radicalmente não representacional da mente, enfrenta sérias dificuldades para lidar com fenômenos complexos como raciocínios contrafactuals, pensamento simbólico e lógica abstrata. Pensar contrafactualmente — imaginar o que teria acontecido se algo tivesse sido diferente no passado, ou prever possibilidades improváveis no futuro — envolve manipulação de cenários que não estão presentes, que não são imediatamente corporificados, e muitas vezes nem sequer possíveis fisicamente. Por exemplo, ao considerar como seria o mundo se certos eventos históricos não tivessem ocorrido, ou ao antecipar situações hipotéticas com várias condições interdependentes, o raciocínio parece depender de capacidades que envolvem uma forma de representação e distanciamento da experiência concreta. Pensamentos como “se Napoleão tivesse vencido em Waterloo”, ou “se a gravidade não existisse”, não são apenas ações no ambiente; são exercícios de imaginação abstrata. É difícil compreender como esses modos de pensar, tão enraizados na simbolização e na manipulação de possibilidades, poderiam ser inteiramente explicados sem alguma forma de estrutura representacional. (Silva, 2024)

Essa limitação se torna ainda mais evidente quando se considera o papel das lógicas não clássicas, da matemática e das formas sofisticadas de raciocínio teórico. Esses campos operam com símbolos,

regras e sistemas formais que frequentemente não têm qualquer correspondência direta com a experiência corporal ou situada.

Sobre isso, Rolla assume que se o enativismo quiser se consolidar como alternativa ao cognitivismo, precisa oferecer uma explicação para raciocínios que envolvem ausentes, como imaginar mundos possíveis, pensar contrafactualmente, ou fazer cálculos abstratos.

Uma das respostas que ele apresenta é a do Enativismo Radical (ER), no qual aceita que raciocínios contrafactuals existem, mas argumenta que eles não dependem de representações mentais internas, e sim de artefatos simbólicos públicos e práticas culturais: palavras, números, diagramas, equações, mapas e até gestos funcionam como suportes externos que permitem manipular cenários ausentes.

O cérebro humano, altamente plástico, foi adaptado para lidar com esses suportes culturais, que tornam possível imaginar “e se Napoleão tivesse vencido” sem precisar de uma representação interna literal desse mundo. O raciocínio contrafactual, portanto, não é um “teatro interno da mente”, mas uma atividade distribuída entre corpo, ambiente e cultura.

Dessa maneira, não precisamos recorrer a representações internas para explicar raciocínios contrafactuals. Eles são possíveis porque seres humanos vivem em ambientes culturais densos, com linguagem, símbolos e práticas compartilhadas que permitem imaginar mundos ausentes. A cognição abstrata continua sendo corporificada, situada e distribuída, mesmo quando parece solitária.

Há elementos como responsabilidade, compromisso, expectativa e direitos que atravessam as práticas cognitivas e não se explicam apenas por acoplamentos sensório-motores. Um hábito coletivo, como o de uma nação, não pode ser reduzido à repetição de padrões corporais de indivíduos. Isso sugere que existem hábitos, normas e estruturas cognitivas que ultrapassam o indivíduo e não podem ser totalmente explicados por sua corporeidade. Nesse sentido, há cognição em entidades coletivas, práticas culturais e sistemas simbólicos que não são diretamente corporificados. (Silva, 2022, 2023)

O conceito de sense-making, presente em parte da tradição enativista, também levanta questões epistemológicas importantes. Como sabemos se um sistema com o qual interagimos é um agente cognoscente? Situações como as levantadas pelo teste de Turing mostraram que nem sempre temos certeza sobre a natureza do agente com quem dialogamos. Um texto, uma obra de arte ou uma música pode nos afetar profundamente, mas e se não soubermos se foi feito por uma máquina ou por um ser humano? O critério da origem biológica parece insuficiente para determinar se há ou não cognição em jogo. (Silva, 2023, 2024)

Com isso, Rolla argumenta que as HSMs devem ser vistas como padrões ativos de engajamento com o ambiente e não como capacidades biológicas do organismo. Isso significa que o foco não está na origem do agente (biológica ou artificial), mas no tipo de acoplamento possível entre sistema e ambiente. As HSMs se formam a partir das relações e das normas que surgem na convivência com o ambiente físico, social e cultural. Por isso, para o enativismo, a cognição deve ser vista como algo que depende do corpo, acontece em contextos específicos e está enraizada na cultura, e não apenas como uma função biológica.

Nesse sentido, talvez uma IA ou robótica só possa ser considerada cognoscente se conseguir estabelecer regularidades sensório-motoras normativas, ou seja, se souber agir e reagir de modo situado, adaptativo e significativo.

Retomar e expandir essas ideias a partir de outras tradições filosóficas e experiências corporificadas — especialmente aquelas atentas à historicidade, à alteridade e às estruturas de poder — pode ser o próximo passo para pensar uma cognição verdadeiramente plural, situada e transformadora. Por que não também revolucionária?

Por fim, é importante destacar a relevância de *A Mente Enativa* ter sido lançado originalmente em português. Essa escolha não apenas facilita o acesso ao conteúdo por um público mais amplo, mas também fortalece o espaço para que o debate sobre cognição corporificada e situada ganhe densidade no cenário acadêmico nacional, proporcionando novas possibilidades de reflexão crítica e desenvolvimento teórico sobre o tema.

Referências

- GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- HUTTO, D. D.; MYIN, E. *Radicalizing enactivism: Basic minds without content*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.
- ROLLA, G. *A mente enativa*. Porto Alegre, RS: Fi, 2021.
- SILVA, M. Comentário a “Por que não somos só o nosso cérebro: em defesa do enativismo”. *Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia da Unesp*, Marília, v. 46, esp. 1, p. 243–250, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/13836>. Acesso em: 5 maio 2025.
- SILVA, M. Há limites para o enativismo radical? Sobre escopo, intencionalidade e erro. In: _____. *Escritos de Filosofia VI: Linguagem e Cognição*. [S.l.]: [s.n.], 2024.
- SILVA, M., MOTA, H., CAVALCANTI, I.. Linguagem e enativismo: uma resposta normativa para a objeção de escopo e o problema difícil do conteúdo. *Prometeus: Filosofia em Revista*, Ilhéus, v. 33, p.

129–160, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/prometeus/article/view/8660>. Acesso em: 5 maio 2025.

_____. Notes on the nature of logic: an enactivist proposal. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 49, p. 38–56, 2022. Disponível em: https://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/media/49/03_MarcosSilva.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

VARELA, F. J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The embodied mind*: Cognitive science and human experience. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

Recebido em: 01/08/2025

Aceito em: 15/09/2025